

# AS POSSIBILIDADES DA HISTÓRIA REGIONAL: MUSEU, MEMÓRIA E INTERVENÇÕES DE APOIO NO AMBIENTE ESCOLAR

Marcos Antônio Vieira\*  
Geane Kantowitz\*\*

Centro Universitário Leonardo da Vinci-UNIASSELVI

## RESUMO

*Os estudos em história regional e a construção da identidade regional, suas memórias e os objetos que se relacionam a essas memórias passam pelo ambiente escolar, mas tem como uma das suas mais importantes fontes a instituição museu. A função do museu – enquanto educação não formal – a, na disponibilização das informações e bases de pesquisa de apoio ao professor em sala de aula, não sendo subsídio único, deve ficar claro aos educadores. O presente trabalho trata da apresentação de ideias relacionadas ao processo de reflexão sobre a relação entre a educação e o museu, e as funções da instituição museu no processo ensino-aprendizagem.*

Palavras-Chave: Museu. Função do Museu. Ensino Aprendizagem.

## 1 INTRODUÇÃO – ESTABELECENDO VÍNCULOS

Ao pensar educação na era em que vivemos nos deparamos, muitas vezes, com um grande desinteresse por parte dos estudantes, aqueles que deveriam ser os receptáculos participantes do conhecimento transmitido em sala de aula. Naqueles onde ainda resta uma centelha de interesse, percebemos, por outro lado, um desencorajamento pelo grupo estudantil no qual está inserido ou pelo próprio grupo familiar.

Associamos tal fenômeno aos apelos

mediáticos em relação a um consumismo desenfreado, que busca a satisfação imediata dos desejos com o mínimo de esforço, contribuindo e incentivando a manutenção dos mecanismos sociais onde o indivíduo, desprovido de senso crítico e da valorização do esforço, nada mais espera do que a satisfação de necessidades básicas e imediatas sem qualquer anseio por aperfeiçoamento pessoal, profissional ou intelectual.

Assim nos questionamos de que maneira pode o docente estimular no aluno o pensamento crítico e o desejo pelo aprender em sala de aula? De que maneira

\* Acadêmico do Curso de História – Centro Universitário Leonardo da Vinci – Uniasselvi.

\*\* Professora -Tutora Externa – Centro Universitário Leonardo da Vinci – Uniasselvi.

o ato educativo pode se construir em bases educativas de compromisso mútuo entre educadores e educandos?

Devemos tomar certo cuidado ao optar por esse tema, pois vivemos em uma sociedade para a qual o pensamento crítico – acerca daquilo que acontece e vira história e das informações disponibilizadas diariamente – é de todo desnecessário. Assim, pensar um momento histórico, recente ou antigo, mesmo que de âmbito mundial, pode parecer algo por demais enfadonho e distante. Compreender que aquilo que aconteceu tem reflexos no que ocorre aqui e agora e que refletirá diretamente na história no futuro é de fundamental importância para que sejam pensadas as ações do presente.

Verificamos a necessidade urgente de uma prática educativa compromissada com o desenvolvimento intelectual crítico dos alunos no ensino de história e procuramos traçar, nas páginas que seguem, como opção, a aproximação dos alunos com os museus, seus usos e possibilidades, em busca de caminhos que fortifiquem o desejo pelo aprender.

A utilização dos espaços dos museus nos traz uma característica importante ao trabalho educacional, pois um objeto pode desencadear um infinito de memórias, sem contar sua representatividade histórica, uma vez que, por um lado, tem marcas profundas na experiência vivida de um indivíduo específico e por outro traz consigo a relação com um momento histórico regional, nacional e até global, e nos permite aproximar os alunos dos fatos e momentos históricos a partir da valorização do local, de sua história e de seus antepassados a partir da história regional.

## 2 HISTÓRIA REGIONAL

Ao falar em história, em décadas recentes, tem-se percebido um significativo

aumento no enfoque dado a um tipo de história de abordagem limitada (porém profunda), regionalizada, que busca trabalhar as fontes de pesquisa até seu esgotamento, reduzindo o campo de pesquisas sem, no entanto, ser superficial, buscando atingir grupos humanos, suas relações, aspectos culturais, as condições de sobrevivência, entre outros.

(...) a história do tempo presente (...) é a História que vivemos: faz parte das nossas lembranças e de nossas experiências. Ora, vale lembrar que essa história exige igual rigor ou maior do que o estudo de outros períodos: devemos enfatizar a disciplina e a higiene intelectual, as exigências de probidade. (REMOND apud FRANCISCO e ALEGRO, 2009, p. 65).

No Brasil, trabalhos sobre História Regional tiveram significativo aumento, sobretudo nas décadas de 1970 e 1980, e vem crescendo na atualidade, apesar das dificuldades para encontrar fontes documentais, haja vista que a maior parte do acervo que poderia ser usado ainda se encontra em mãos de particulares.

Alguns fatores se combinaram e ainda se combinam para a continuidade de trabalhos sobre História Regional. Segundo Ana Luiza Setti Reckiegel (1999), estaria ligada ao esgotamento das macroabordagens, a instalação de cursos de pós-graduação em todo o país, possibilitando o estudo direcionado a temas regionais, a ocorrência de transformações recentes na história do Brasil, trazendo mudanças para a organização espacial do país e a modificação do entendimento de “região”.

É possível constatar, acima de tudo, que o interesse de pesquisadores em abordar temas que se apropriem e se aproximem de um fazer humano mais limitado está ligado não apenas ao desejo de corroborar ou se contrapor à história globalizante, mas em apresentar particularidades de indivíduos e de

comunidades que participam ativamente “do todo” e que são discriminadas ou esquecidas pelos estudos gerais. Verificamos ainda que grande parte dos estudiosos que voltam seu olhar para esses grupos assim o fazem por terem pertencido a eles e desejam manter vivas suas memórias e as relações de suas comunidades.

Estudar a história delimitando o seu campo de abordagem e focando o objeto de estudos passa a ser um incremento à história generalizante, pois ao buscar informações de fontes não usuais que se relacionam a determinado momento, tendo a clareza da participação ou da vivência ativa de tais fontes naquele momento, faz-se possível confirmar as afirmações históricas ou transgredir as informações massificadoras em função de um conhecimento novo.

Dessa maneira podemos observar que diversos foram, são e podem vir a ser os fatores que trazem amplitude aos estudos no campo da História Regional, quais sejam fatores objetivos – ao encontrar o esgotamento das abordagens em caráter macro –, ou subjetivos – que se dirigem ao desejo próprio do investigador em história de registrar a participação de determinados grupos ou acontecimentos no momento histórico globalizante, partindo, sobretudo de elementos ainda presentes na memória de sujeitos que participaram de eventos representativos historicamente e que agregam ao macro o seu depoimento.

### 3 FOTOS, OBJETOS E MEMÓRIAS

Ao pensarmos a memória de um povo ou região e seus desdobramentos históricos não podemos deixar de pensar na importância de símbolos que participaram desses momentos, dos fatos que se costuraram em torno do pensamento e das memórias daqueles que primeiro nos trouxeram as informações vividas, ouvidas ou discutidas em seu grupo social.

Já esses fatos iniciais, essa memória oculta que se descobre e traz à tona vem de maneira tendenciosa, pois aquele que a conta tem por base seu entendimento e visão dos fatos. O fato propriamente dito vai ter tantas roupagens quantas forem as fontes das quais se tentar extrair as informações que o corroborem.

Em alguns momentos reavivar a memória de um indivíduo ou de um grupo é algo delicado, pois não sabemos por quais caminhos aquela memória vai nos levar e nem quais desdobramentos o reviver desses fatos (por parte do contador) vai seguir. Muitas vezes as memórias que buscadas no interlocutor se encontram profundamente escondidas ou fazem parte de um repertório há muito não visitado, tornando difícil trazê-las à tona. Tais memórias precisam de uma chave que abra a porta atrás da qual elas se ocultam. Uma chave que desencadeie um processo de reviver os fatos passados e os tragam à tona.

Nós, quando folheamos velhos álbuns de fotografias somos levados a reviver sensações e sentimentos ligados a momentos passados. Nesse caso, a chave para tais memórias pode ser uma imagem que remonte ao passado recente. Mas essa chave varia de pessoa para pessoa.

Para certo indivíduo a chave pode ser um chapéu, um envelope de carta, um piano ou um banco da antiga estação ferroviária onde, 50 anos antes, conheceu sua esposa. Ao se aproximar do banco, agora no interior de um museu, ele para, hesita, mas segue e toca a madeira do banco com ternura ao reviver os bons momentos a partir daquilo que vê e sente agora.

Um objeto pode desencadear um infinito de memórias, sem contar a representatividade histórica dele, pois, se por um lado, tem marcas profundas na experiência vívida de um indivíduo específico, traz consigo, também, a relação com um momento histórico regional,

nacional e até global. As fotografias também trazem em si essa possibilidade de ponte com algo intangível, escondido na mente de certa pessoa que, ao visualizar a imagem é imediatamente remetida ao momento em que a imagem foi feita.

Os objetos, utensílios, fotos, jornais ou outras peças possuem, assim, diversos valores que podem variar de afetivo, cultural ou até mesmo material, e esses valores são a justificativa de sua preservação ao longo dos tempos e de sua valoração pela humanidade em instituições que as dão guarda e tratarão de sua manutenção e conservação ao longo dos tempos. Tais abrigos são os museus, os lugares para se guardar objetos ligados a uma memória do passado.

#### 4 O MUSEU

Ao sermos indagados sobre os significados de um museu imediatamente nos lembramos de conceitos vinculados com história, um lugar onde se guarda o passado para que as gerações presentes tenham contato, no arcabouço de objetos recolhidos por pesquisadores que, de alguma maneira, contam parte do passado por fazerem parte de determinado momento histórico.

Segundo o ICOM (2004) (Conselho Internacional de Museus), um museu é:

[...] uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberto ao público, e que adquire, conserva, estuda, comunica e expõe testemunhos materiais do homem e do seu meio ambiente, tendo em vista o estudo, a educação e a fruição.

(a) A definição de museu supracitada deve ser aplicada sem quaisquer limitações resultantes da natureza da entidade responsável, do estatuto territorial, do sistema de funcionamento ou da orientação das coleções da instituição em causa.

(b) Para além das instituições designadas "museus", são abrangidos

por esta definição:

(i) os sítios e monumentos naturais, arqueológicos e etnográficos e os sítios e monumentos históricos com características de museu pelas suas atividades de aquisição, conservação e comunicação dos testemunhos materiais dos povos e do seu meio ambiente;

(ii) as instituições que conservam coleções e expõem espécimes vivos de vegetais e animais, tais como jardins botânicos e zoológicos, aquários e viveiros;

(iii) os centros científicos e planetários;

(iv) as galerias de arte sem fins lucrativos; os institutos de conservação e galerias de exposição dependentes de bibliotecas e arquivos;

(v) as reservas naturais;

(vi) as organizações internacionais, nacionais, regionais e locais de museus, as administrações públicas que tutelam museus de acordo com a definição supracitada;

(vii) as instituições ou organizações sem fins lucrativos que desenvolvem atividades de conservação, investigação, educação, formação, documentação e outras relacionadas com museus e museologia;

(viii) os centros culturais e outras instituições cuja finalidade seja promover a preservação, continuidade e gestão dos recursos patrimoniais materiais e imateriais (património vivo e atividade criativa digital);

(ix) quaisquer outras instituições que o Conselho Executivo, ouvido o Conselho consultivo, considere como tendo algumas ou todas as características de um museu, ou que proporcione aos museus e aos profissionais de museus os meios para a investigação na área da Museologia, da educação ou da formação. (ICOM, 2004)

Por essa definição vemos o quão abrangente pode ser a definição de um espaço como o museu. Todavia, outras definições podem ser encontradas em dicionários como: "**museu** s. m. Estabelecimento destinado à guarda e a exposição de obras de valor artístico, histórico, científico, etc." (XIMENES, 2000, p. 649).

O museu teria seu início com o hábito

humano do colecionismo, pois desde a antiguidade remota, o homem coleciona objetos e lhes atribui valor. Milhares de anos atrás já haveria referências sobre instituições vagamente semelhantes a nossos museus em funcionamento, mas somente no século XVII se consolidaria o museu da maneira como o conhecemos hoje.

A partir do século XV, com o advento das grandes navegações e as consequentes descobertas e o contato com os mais variados grupos culturais, passa a se desenvolver de maneira mais direcionada o colecionismo de objetos artísticos e curiosidades naturais. Esse interesse serviu de base para os famosos Gabinetes de Curiosidades ou Quartos das Maravilhas que se estabeleceram na Europa renascentista (séculos XVI e XVII) e poderiam ser considerados museus particulares, pois se tratavam de coleções privadas. Nos acervos encontrava-se uma multiplicidade de objetos raros ou estranhos dos três ramos da biologia considerados na época: animalia, vegetalia e mineralia; além das realizações humanas, onde se encaixavam as obras de arte.

O primeiro museu verdadeiramente público como a compreensão contemporânea estabelece foi o Museu do Louvre, que nasceu em 1793 da influência dos enciclopedistas franceses e do aumento da democratização da sociedade provocado pela Revolução Francesa e pelo governo revolucionário de Robespierre, surgindo o conceito de museu como uma coleção pública.

Nos séculos XIX e XX começa-se a encontrar museus especializados e temáticos como os de história, ciências naturais, universitários, de artes etc. Para Myriam Sepúlveda Santos (SANTOS, 2004), ao longo da década de 1970, começam a surgir as mais diversas críticas sobre o papel e a função dos museus. Num tempo de grande repressão decorrente de governos militares ressaltava-se que os museus eram os lugares dos autoritarismos e das histórias oficiais e não mais um centro de produção

de conhecimentos.

Por outro lado foi no século XXI que se percebeu o crescimento massivo e a curiosidade pelos itens encontrados em museus, principalmente aqueles ligados à História Natural e História Humana com acirradas discussões sobre a própria origem da humanidade e de espaços de contemplação se tornaram espaços de ação, onde é possível interagir, produzir e aprender.

## 5 MUSEUS NO BRASIL

O Brasil tem, espalhados pelo território nacional, cerca de 3.025 museus, mas dos 5.564 municípios apenas 21% possuem museus. Destes, 38% estão localizados na região sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais). Na cidade de São Paulo estão 132 museus. Entre os mais famosos estão o MASP (Museu de Arte de São Paulo, o MAM (Museu de Arte Moderna de São Paulo) – que possui uma extensão externa ocupando o Parque do Ibirapuera, caracterizando um museu a céu aberto, – entre outros.

E tantas são as variedades possíveis de museus quanto diferentes a cultura e a história das regiões do país. Em Minas Gerais, o Museu de Artes e Ofícios conta a história das profissões, e capacita jovens para trabalhar com restauração. Nos museus digitais, a tecnologia e a interatividade são a atração para o visitante. No museu da língua portuguesa aprendemos como nossa língua se expandiu pelo mundo. A história do Brasil e da paixão nacional está no museu do futebol.

Ao pensar educação, museu e Brasil, Andréia Falcão (2009) lembra-nos que:

[...] depois da Segunda Guerra Mundial as universidades foram se transformando nos centros de pesquisa e inovação por excelência. Porém, os

museus continuam ainda hoje a abrigar coleções que são importantes fontes tanto para a pesquisa como para entretenimento e educação. (FALCÃO, 2009, p. 12).

Nesse ponto percebemos uma grande mudança no que diz respeito à função ou às possibilidades do museu. Este deixa de ser apenas o depositário de objetos ligados às histórias dos povos e passa a ser também o responsável pela salva guarda e difusão desses objetos históricos e se torna ferramenta educativa.

## 6 MUSEU E EDUCAÇÃO

O caráter educacional sempre esteve vinculado, de uma maneira ou outra, aos significados da instituição museu, pois sempre representou um espaço de pesquisa e ensino, como lembra Luís Oliveira Henriques (1996) em “A comunicação na escola e no museu”:

Apenas à primeira vista escola e museu nada terão em comum. Uma breve pausa e, logo, surgirão relações possíveis. Uma pausa maior e o título desse trabalho assemelhar-se-á à ponta visível do “iceberg”. Já há muito tempo que as escolas realizam visitas a museus. Estes, por sua vez, reconheceram a importância do público escolar e criaram os “sectores educativos”. Em nível internacional este reconhecimento remontará a 1952, com a publicação, pela ICOM, do texto “Musée et Jeunesse”, seguido de “Musée et personnel enseignant”, no ano de 1956. Em 1954, realizava-se, em Paris, o colóquio “Le rôle éducatif ET culturel des musées” e, em 1965, na sequência de toda essa movimentação, o “Comité de l’ICOM pour l’éducation” passava a “Comité pour l’éducation ET l’action culturelle”. Era a consagração do museu enquanto local de educação e, desde então, esse papel não deixaria de ser equacionado à luz da evolução das concepções de “educação” e das

transformações sociais.

Em nível de Brasil, os museus antecedem as instituições universitárias tendo papel pioneiro em certas áreas do conhecimento. Exemplo disso foram os museus de ciências que, através de suas coleções, foram de grande importância para os estudos em Ciências Naturais.

Ao buscar o imenso rol de atividades educativas realizadas em museus no Brasil poderemos verificar ações nas mais variadas áreas, como ações de caráter experimental local, estratégias institucionais e até políticas.

De maneira geral podemos entender como práticas educativas as visitas monitoradas por profissionais dos museus, programas de formação de professores, mostras de filmes, vídeos, contação de histórias, exposições itinerantes, distribuição de material educativo etc., além de programas específicos em datas comemorativas que venham a servir de suporte para exposições.

Assim, os museus adquirem um caráter complementar na educação ao se tornar ferramenta de aproximação e visualização por parte dos públicos estudantis para com momentos históricos, fatos ou objetos de importância na construção da humanidade. O museu passa a ser um espaço diretamente educativo, pois, ao possibilitar o contato com o passado aproxima os estudantes das realizações do presente e facilita o processo de ensino aprendizagem construindo um momento educativo distinto da formalidade e dos ritos das instituições escolares. Torna-se, o museu, um espaço de educação não formal.

## 7 MUSEU E EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

Para compreender de que maneira os museus atuam na educação não formal precisamos, antes, compreender o que distingue educação formal de não formal e de informal. De acordo com Lucia Bianconi

e Francisco Caruso (BIANCONI et al, 2005, p. 20):

A educação formal pode ser resumida como aquela que está presente no ensino escolar institucionalizado, cronologicamente gradual e hierarquicamente estruturado, e a informal como aquela na qual qualquer pessoa adquire e acumula conhecimentos, através da experiência diária em casa, no trabalho e no lazer. A educação não formal, porém, define-se como qualquer tentativa educacional organizada e sistemática que, normalmente, se realiza fora dos quadros do sistema formal de ensino.

A partir dessa linha de pensamento podemos perceber que no que se refere ao processo de ensino-aprendizagem, a educação se divide em três categorias: a educação formal, adquirida nos estabelecimentos educacionais formais; a educação informal, decorrente dos processos de socialização dos indivíduos e de seu contato com o mundo; e a educação não formal, decorrente da participação e da realização de práticas educativas estruturadas que ocorrem fora do ambiente escolar.

Em corroboração a essa ideia, a pesquisadora Dra. Maria da Glória Gohn (2006) nos traz o seguinte pensamento:

[...] a educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a informal como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização – na família, bairro, clube, amigos etc., carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados; e a educação não formal é aquela que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianos.

E segue, lembrando-nos que a educação não formal seria para a autora “... um dos

núcleos básicos de uma Pedagogia Social...”, pois traria em si as práticas ligadas ao desenvolvimento social do indivíduo como um todo, desde dimensões políticas, aprendizado de direitos e deveres, desenvolvimento de habilidades profissionais, de solução de problemas cotidianos, de agregar conteúdos que lhes permitam desenvolver sua leitura de mundo, compreendendo o que se passa ao seu redor. (GOHN, 2006),

A fim de aprofundar o pensamento da autora sobre o tema em questão, não podemos deixar de mencionar que, para Gohn (2006, p. 88):

A educação não formal capacita os indivíduos para se tornarem cidadãos do mundo, no mundo. Sua finalidade é abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais. Seus objetivos não são dados a priori, eles se constroem no processo interativo, gerando um processo educativo. Um modo de educar surge como resultado do processo voltado para os interesses e as necessidades que dele participam. A construção de relações sociais baseadas em princípios de igualdade e justiça social, quando presentes num dado grupo social, fortalece o exercício da cidadania. A transmissão de informação e formação política e sociocultural é uma meta na educação não formal. Ela prepara os cidadãos educa o ser humano para a civilidade, em oposição à barbárie, ao egoísmo, individualismo etc.

Para pensar um espaço educacional não formal devemos prestar atenção à maneira como os conteúdos são apresentados ao público, bem como as atividades propostas e a maneira como a escola se relaciona com eles.

Os museus e as escolas têm, naturalmente, propostas diferentes de ensino e contato com a cultura que expressam. Suas particularidades se ampliam quando levamos em consideração o objeto de estudos de cada um, sua relação com o público, a natureza

das atividades, a forma de expressar os conteúdos e o período das atividades.

Para Andréa Falcão (2009, p. 20) as motivações que “levam os professores a buscar espaços educativos não formais como lugares alternativos de aprendizagem...” variam desde “... a apresentação interdisciplinar dos temas, a interação com o cotidiano dos estudantes e, por fim, a possibilidade de ampliação cultural proporcionada pela visita”.

Lucia Yunes (2004), nos lembra que “Museus, como as escolas, são espaços dedicados ao ensinar e aprender, mas não são como as escolas no sentido formal da palavra.” No entanto, prossegue lembrando que, algumas vezes, ao visitar um museu a escola tenta transformá-lo em sala de aula ao reproduzir nele seus métodos de ensino e de avaliação. Ainda Lucia Yunes (2004, p. 54), na experiência do Museu de Folclore Edison Carneiro, relata que:

A preocupação do Museu [...] tem sido a de se tornar parceiro dos educadores para mudar esse quadro. Tem procurado evidenciar que ao Museu cabe um papel de contraponto ao processo formal de aprendizagem promovido pela escola. Ora complementa as atividades escolares com informações sobre temas estudados em aula e ora as confronta, questionando conceitos.

Assinalamos aqui que o papel do professor passa a ser diferenciado na relação com o museu. Ele precisa assumir o papel de mediador entre os conteúdos de sala de aula e as informações oferecidas pelo museu. Estas servem para apoiar pesquisas e referenciar estudos que estão sendo desenvolvidos na escola.

Ainda para Yunes (2004) profissionalização e qualificação das atividades são adjetivos que têm acompanhado o desenvolvimento dos museus e de suas relações com a escola, tendo abarcado uma multiplicidade de tarefas e capacidades e inúmeros pesquisadores de diversos ramos trabalhando com o fim comum

de tirar o museu de seu anterior quadro passivo para assumir papel na interpretação da cultura e educação humanas, fortalecendo a diversidade cultural e a memória regional.

Assim, o museu passa a agregar informações que ligam seu acervo não apenas a um momento histórico universal ou nacional, a uma história generalizante, mas também a um grupo específico regional e trazendo consigo uma infinidade de significados para objetos, fotos e documentos dispostos em seu acervo. Os indivíduos dessa região passam a ter sua relação com a história prestigiada, pois, do local onde vivem e, ou, viveram, são extraídos os objetos e fatos que passam a compor o acervo do museu e a história local ali abrigada.

Por outro lado, o museu é também um espaço de educação e aprendizagem, pois, a partir das informações obtidas por suas pesquisas, documentos e objetos têm a possibilidade de argumentar com o público as intenções e os mecanismos de transformação ao longo dos tempos, incentivando nos alunos o interesse pela pesquisa.

## 8 MUSEU, SALA DE AULA E PESQUISA

Nesse ponto devemos voltar o olhar para a construção de um interesse pelo aprender, pois ao oferecer um contato direto com o passado, o museu, através de seus acervos, sua dinâmica e com o auxílio e direcionamento do professor, estimulará no aluno o desejo pela pesquisa.

Para Andréa Falcão (2004, p. 21), “Ao oferecer acesso a novas linguagens, tecnologias, conhecimentos e valores, estimulando a curiosidade dos visitantes, museus e centros culturais são reconhecidamente instrumentos que favorecem o aprendizado.” Mas lembramos que é necessário ter uma leitura prévia, uma preparação por parte do professor

em relação ao ambiente que será visitado e suas peculiaridades e possibilidades, a fim de ter um melhor aproveitamento dessa oportunidade.

Assim, o ato de ensinar se torna muito mais que a simples transmissão de conhecimentos. Passa a ser a construção de uma capacidade investigativa interessada no aprender. A interação no momento da transmissão do conhecimento abre vazão para uma avenida de mão dupla, onde o aluno recebe informações e interage de maneira dinâmica com esta, agregando a ela sua bagagem para a construção de um novo conhecimento.

## 9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao trazer à tona propostas de trabalho vinculando história regional, educação escolar e museus, buscamos não mais que abrir os olhos dos construtores da educação para a necessidade premente de um estímulo adequado e comprometido na construção de indivíduos capazes e motivados pelo aprender.

Observamos que a utilização de objetos que possuem em si relação com determinados fatos inicialmente locais, mas com representatividade e reflexo em todo um contexto mundial poderá criar nos alunos um interesse verdadeiro pelo tema, permitindo um relacionamento direto com o assunto abordado.

Verificamos que um museu pode ser, em si, um lugar de memória, um lugar de pesquisa, um lugar de cidadania ou um lugar de educação, onde a construção de um pensamento crítico se dá pelo próprio contato com o acervo, os fatos relacionados com esse acervo e a interação no ambiente.

Não há motivos para apontarmos, aqui, mais benefícios do que os já mencionados anteriormente nesse processo construtivo. Promover a interação dos jovens com o

passado e a valorização dos acervos e do rol de objetos de pesquisa encontrados em um museu são, em si, mais do que nobres e justificáveis nesse íterim.

## REFERÊNCIAS

BIANCONI, M. Lucia e Caruso, Francisco. **Educação não formal**. Ciência e Cultura. Dez. 2005, vol. 57, n. 4, p. 20-20.

FALCÃO, Andréa. Museu como lugar de memória. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Museu e escola: educação formal e não formal**. Brasília, 2009.

FRANCISCO e ALEGRO. **Podemos pensar em tempo presente no ensino de História**. Congresso de História, São Paulo, 2009.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal na pedagogia social**. Proceedings of the I Congresso Internacional de Pedagogia Social. São Paulo (SP), 2006. Disponível em: <[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=MSC0000000092006000100034&lng=en&nrm=iso](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000092006000100034&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 22 jun. 2006.

HENRIQUES, Luís Oliveira. **A comunicação na escola e no museu**. Disponível em: <[HTTP://cadernosociomuseologia.ulusofona.pt/Arquivo/sociomuseologia-1-22/Cadernos%2005%20-1996.pdf](http://cadernosociomuseologia.ulusofona.pt/Arquivo/sociomuseologia-1-22/Cadernos%2005%20-1996.pdf)>. Acesso em: 27 ago. 2009.

ICOM. **Código de Ética dos Museus**. 21ª Assembleia. Seul, 2004.

JUNGBLUT, C. A. **História regional**. 2ª Ed. Indaial: Uniasselvi, 2011.

MARIETA, Ferreira de Moraes. **História, tempo presente e história oral**. Disponível em: <<http://www.recantodasletras.com.br/artigos/2128415>>. Acesso em: 3 maio 2011.

RECKZIEGEL, A. L. S. **História regional: dimensões teórico-conceituais**. Histórias,

debates e tendências. Passo Fundo, 1999, v.1.

SANTOS, Myrian Sepúlveda. **Museus brasileiros e política cultural**. Vol. 19 n. 55. São Paulo, junho 2004.

XIMENES, Sérgio. **Minidicionário Ediouro da língua portuguesa – 2ª Ed. Reform.** São Paulo: Ediouro, 2000.

YUNES, Lúcia. **Cultura popular e educação**: vivências do museu de folclore. In III Encontro Regional da América Latina e Caribe – CECA / ICOM, São Paulo: FAAP, 2004. Disponível em: <[http://www.cnfcp.gov.br/pdf/Cultura\\_Popular\\_e\\_Educacao/CNFCP\\_Educacao\\_Lucia\\_Yunes.pdf](http://www.cnfcp.gov.br/pdf/Cultura_Popular_e_Educacao/CNFCP_Educacao_Lucia_Yunes.pdf)>. Acesso em: 15 maio 2012.